

Paradoxo

**QUE
IGUALDADE
TÃO
DESIGUAL**

VERÃO é tempo de férias. Para quem pode, é claro! Descansar, mudar de ambiente, custa dinheiro. Falar de dinheiro e de pensionistas é andar à míngua...

É.
Mas o Governo, em Agosto, lembrou-se dos reformados! «Lá se deu um jeito»... Dizem uns que por dividendos políticos, outros que não é tanto assim, outros que a situação é boa... Cá se vai vivendo...

Esqueceu-se o Governo, porém — e estávamos no Verão — que os reformados não auferem subsídio de férias!...

Até nos parece que o «aumentozinho» ajuda a esquecer... Também a Caixa Geral de Depósitos se vem «lembrando», já há alguns anos, de pagar aos deficientes militares, apenas em Junho, os retroactivos dos aumentos a que têm direito desde Janeiro. Será de propósito?

Não é já tempo de reconhecer aos reformados o direito a férias que também está na Constituição e atribuir-lhes o respectivo subsídio?

É.
É sim, Senhores Ministros.

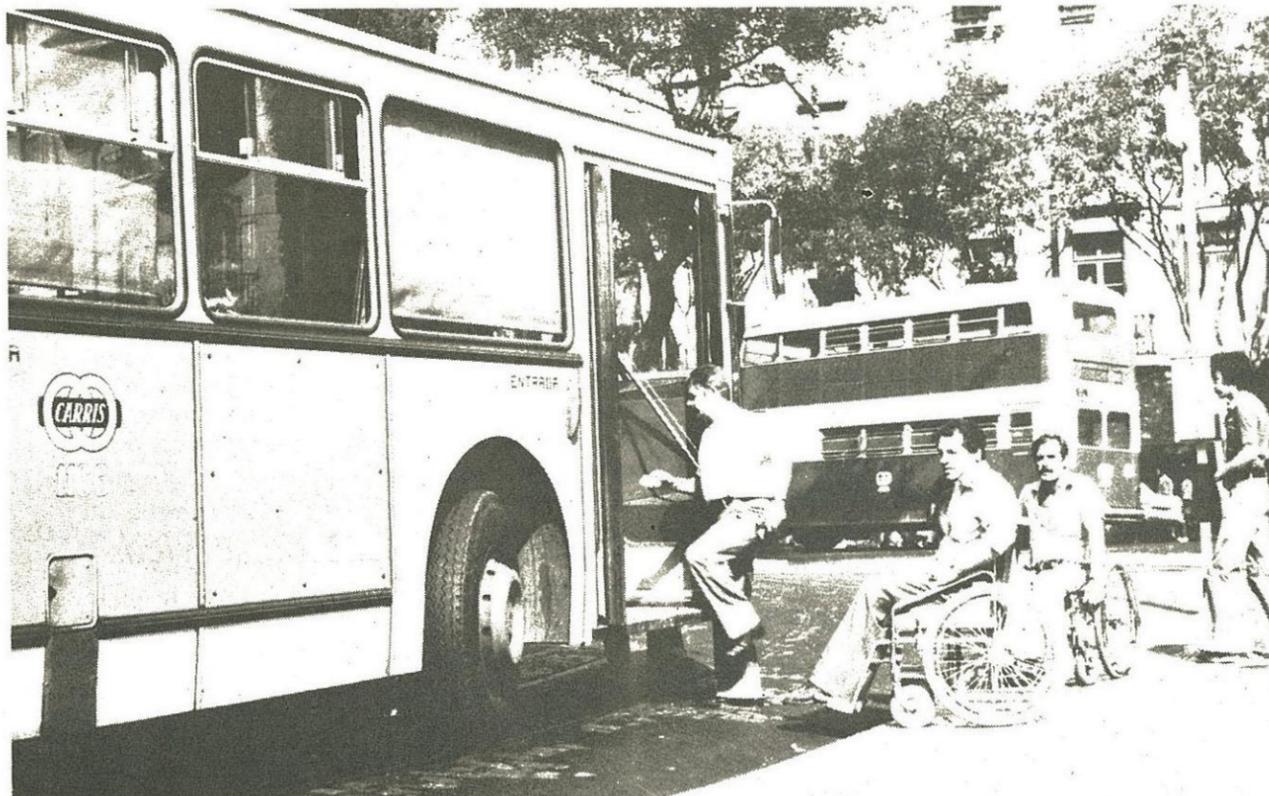
OS deficientes militares viram-se recentemente penalizados por um aumento do imposto sobre combustíveis resultante da cessação dos preços desagradados de que os militares beneficiavam.

Tal situação injusta que penalizava já os deficientes civis, tornou-se extensiva aos deficientes militares.

A Assembleia da República ter-se-á esquecido deles. É agora, ao aprovar o Orçamento Geral do Estado a hora de os lembrar. Diremos, neste caso, que só quem não se pode mover sente onde está a igualdade no art.º 13.º da CRP. Não será urgente isentar os grandes deficientes do imposto sobre os combustíveis.

É.
É sim, Senhores Deputados.

A DIRECÇÃO



O inferno dos autocarros gasolina: uma barreira

CENTRAIS



**O deficiente
e a Arte**

Formação Profissional

Cursos na ADFA

(Pág. 3)

Sócios Africanos

Quem os defende?

(Pág. 9)

Barreiras

Maus exemplos

(Pág. 6)

Paz

Um milhão é pouco

(Pág. 12)

Relançar o ELO

Vamos trazer amigos

CENTRAIS



Janela interior

Pelo sócio dr. Valente dos Santos

O Desporto, nas suas múltiplas formas de expressão, é um meio privilegiado de integração sócio-psico-afectiva, para deficientes ou não, pois valoriza alguns aspectos, nomeadamente:

A. A auto-imagem física e psicológica

Um dos factores que condiciona o sistema relacional EU e o OUTRO, isto é, a nossa capacidade de comunicação, é a nossa auto-imagem.

O que pensamos e sentimos, em relação a nós próprios, sobre as nossas características físicas e psicológicas, condiciona as atitudes e comportamentos que adoptamos, todos os dias, com os outros.

Um meio de conviver

A nossa auto-imagem é formada ao longo de toda a nossa vida, e pode ser confrontada através de vários processos, sendo o Desporto, um dos processos mais agradáveis e gratificantes.

B. A socialização.

O prazer de fazer desporto, pela participação e não apenas, pelos resultados, tornam-no uma forma de convívio.

O convívio, o prazer de estar com o outro, passa necessariamente, pela consciência e respeito pelo nosso próprio corpo, normal ou diferente, adequando a nossa expectativa às limitações de vária ordem.

C. Os dois aspectos anteriormente focados, permitem que o desporto, facilite uma estabilidade sócio-psico-afectiva, pois ao mesmo tempo que se consome energia física, extravasamos uma agressividade normal, consumindo energia psíquica.

A prática desportiva, é uma forma de prevenção primária da saúde física e mental, pois se por um lado, podemos manter uma boa saúde física, evitando problemas físicos adicionais, que, geralmente, algumas deficiências acarretam, por outro lado, há o evitar de acumular tensões e consequentes comportamentos agressivos.

No Desporto, a psicologia é tão importante, como a fisiologia do corpo, o treino, as técnicas, a saúde física ou a alimentação; o psicólogo funciona como optimizador do sistema relacional do atleta, deficiente ou não, com os outros, nomeadamente com o treinador, família e com os outros atletas.

Realização pessoal

Na alta competição, a par do objectivo primordial do atleta, que é alcançar bons resultados, o psicólogo também se preocupa com o sentimento de realização pessoal do próprio atleta.

Numa sociedade agressiva, como é a nossa, sente-se cada vez mais, a necessidade que qualquer atleta tem, amador ou profissional, homem ou mulher, deficiente ou não, de ser acompanhado por um técnico de saúde mental, como o psicólogo, pois os que o rodeiam, quer o treinador, médico ou massagista, não têm disponibilidade psicológica nem capacidade técnica para responder às solicitações do atleta, em momentos específicos como, por exemplo, quando o atleta atravessa uma fase com problemas pessoais.

Pensamos que à medida que psicólogo for alargando a sua área de intervenção, no desporto, há aspectos que serão beneficiados como o incremento do desporto para deficientes, a aceitação e encorajamento da prática desportiva pela mulher, a diminuição de violência nos recintos desportivos e a desdramatização do resultado final de qualquer modalidade desportiva, qualquer que ele seja.



● Grupos de trabalho

Dois grupos de trabalho, destinado a estudar a dinamização da ADFA e as questões legislativas que se colocam aos deficientes das Forças Armadas vão ter a sua primeira reunião na Sede em 24 de Setembro.

Trata-se de um primeiro passo na concretização do objectivo de revitalizar a Associação e chamar os sócios a uma participação mais activa na vida da ADFA que a nova Direcção se comprometeu a pôr em prática.

Um outro grupo de trabalho começará também a funcionar em breve a fim de determinar os moldes de funcionamento e organização dos cursos de formação profissional para deficientes que a ADFA se propôs realizar a partir de 1987 com o apoio do Fundo Social Europeu e do Instituto do Emprego e Formação Profissional (ver notícia sobre o assunto na pág. 3 desta edição).

● Reorganização de serviços

Quanto à reorganização dos serviços de atendimento aos sócios na Sede constante do programa eleitoral dos actuais Órgãos Sociais Centrais, também deverão ser conhecidos em breve.

Trata-se contudo de um trabalho moroso e complicado que não poderá ser feito por uma meia dúzia de voluntários, desejando-se uma participação alargada dos sócios na definição dos critérios a seguir.

Cabe a todos e cada um de nós pronunciar-se sobre a forma como entende que esses serviços deverão funcionar, o que poderá ser feito através de contacto pessoal com o elemento da Direcção que diamente assegura a permanência na Sede ou por carta dirigida à Direcção.

Porém, há já um grande trabalho realizado apontando para soluções rápidas.

● Direcção visita Delegações e Núcleos

A Direcção Central vai visitar Delegações e Núcleos do Norte do País. No dia 24 de Setem-

bro será Viseu, seguindo-se o Porto nos dias 25 e 26 e Famalicão no dia 27.

Elementos da Direcção Central vão também estar presentes em Alcobça e Peniche em visita aos núcleos locais da ADFA, aproveitando a Festa do Núcleo de Peniche de que falamos noutra edição desta edição.

Em Alcobça e em Peniche estará também presente um funcionário da Sede a fim de receber quotas dos sócios que desejam aproveitar a ocasião para se porem em dia.

● Quotas

Verifica-se que há ainda muitos sócios com quotas em atraso. Quer por razões de ordem administrativa quer como passo necessário para a desejada revitalização que se pretende imprimir à ADFA, é da máxima conveniência que esses sócios regularizem rapidamente a sua situação.

Relativamente aos que deixaram acumular grande número de meses de quotas atrasadas, vão ser estabelecidos em breve esquemas de pagamento que evitem um grande esforço económico do associado de uma só vez, facultando-lhe uma regularização faseada dessas quotas. No próximo número voltaremos ao assunto.

● Rampa elevatória na Sede

Continua prevista a sua instalação a breve prazo, apesar de terem surgido dificuldades administrativas relacionadas com os orçamentos da Câmara Municipal de Lisboa.

O fonecedor do equipamento a instalar já recolheu todos os dados e medidas necessárias e a Direcção está a envidar todos os esforços para conseguir o rápido desbloqueamento da questão.

● Participação no ELO

A Direcção Central deseja que o ELO sirva para uma ampla cobertura da vida associativa de Norte a Sul do País, expressiva de uma participação intensa dos sócios e de uma verdadeira revitalização da ADFA.

Para isso é indispensável vencer a inércia que tem levado muitas Delegações e Núcleos a ignorar a existência do ELO durante meses a fio.

Enviem artigos, reportagens, fotos, simples informações sobre a organização interna da vossa Delegação, actividades culturais e desportivas e desenvolver ou já realizadas, problemas postos pelos sócios e soluções que lhes foram dadas, visitas à vossa Delegação, actividades regionais como feiras, romarias, desporto, visitas, artigos de opinião, críticas a livros, filmes, peças de teatro, exposições.

Em suma, tudo quanto vos ocorra susceptível de aproximar os sócios que vivem geograficamente distantes.

Obras em Braille e gravadas

O Centro de Produção de Material da Direcção de Serviços de Equipamentos Sociais Oficiais possui obras em Braille e gravadas que estão à disposição dos cegos de todo o País.

Embora orientadas sobretudo para as necessidades dos vários níveis de ensino, estas bibliotecas dispõem de algumas obras de interesse geral, das quais destacamos as de literatura portuguesa.

Assim, dos autores disponíveis em Braille ressaltamos: Aquilino Ribeiro, José Gomes Ferreira, Alves Redol e Soeiro Pereira Gomes (uma ou duas obras de cada).

Já em «cassete» a escolha é um pouco mais vasta e inclui, entre outros: as Histórias de Portugal de Oliveira Marques e Veríssimo Serrão, e obras de ficção de Sofia de Melo Breyner Andersen, Aquilino Ribeiro, Júlio Diniz, Camilo Castelo Branco, Almeida Garrett, Fernando Namora, Carlos de Oliveira, José Gomes Ferreira, Ferreira de Castro, Soeiro Pereira Gomes, Eça de Queiroz e Miguel Torga.

Os sócios interessados em utilizar estas obras poderão obtê-las directamente no Centro de Produção de Material, sito na Av. Almirante Reis em Lisboa, ou através da ADFA (DIS-Sede).

Acresce que relativamente às obras em «cassete» o sócio poderá solicitar uma gravação para seu uso pessoal, fazendo entrega prévia do número de cassettes em branco necessário para as gravações que deseja.



Propriedade, Administração e Redacção:

Corpo Redactorial: António Augusto Almeida Santos, Armindo Roque, Barros Dias e Cid dos Santos

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 3621 67/8/9

Tiragem deste número: 14 700 exemplares

Composto e impresso: Empresa Pública Diário Popular (EPDP) — Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

**ADFA
lança acções
de formação profissional
com apoio
do Fundo Social Europeu
e do IEFP**

A ADFA candidatou-se a apoios do Fundo Social Europeu para o lançamento em Portugal de cursos de formação profissional e aperfeiçoamento exclusivamente destinados a deficientes, cumprindo assim uma das promessas eleitorais da nova Direcção Central quanto ao incremento de acções neste domínio.

Os cursos de formação, consoante a sua natureza, e caso as propostas sejam aprovadas, terão lugar a partir do ano de 1977 nas Delegações da ADFA ou em centros especializados do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

O total das verbas solicitado ronda os 70 mil contos e as acções de formação orientam-se sobretudo para áreas de nova tecnologia com a finalidade de proporcionar efectiva possibilidade de emprego dos formandos após a frequência dos cursos.

Os projectos já entregues nas instâncias competentes contemplam duas áreas complementares: cursos de aperfeiçoamento, reabilitação e qualificação, destinados a formar ou proporcionar maior qualificação profissional a 80 deficientes do sexo masculino, constando da proposta que parte das vagas será afectada à reciclagem profes-

sional de trabalhadores administrativos da ADFA, e ainda cursos de formação para jovens deficientes (até aos 25 anos).

A primeira das áreas indicadas visa a formação de deficientes desempregados de longa duração e ainda, como se disse, a requalificação do pessoal ao serviço da ADFA, preparando-o para as novas técnicas de gestão e proporcionando-lhe formação no domínio das novas tecnologias.

Paralelamente, esses cursos visam a formação profissional de outras pessoas com deficiências contraídas durante a prestação do serviço militar possibilitando-lhes a inserção no mercado livre de trabalho.

**Só qualificação
poderá remover
dificuldades
no emprego**

A tradicional recusa de emprego às pessoas defi-

cientes, diz-se na fundamentação da proposta, só poderá ser ultrapassada dando a essas pessoas qualificações profissionais elevadas que lhes permitam o acesso a um emprego estável.

Relativamente ao pessoal da ADFA cujos conhecimentos profissionais se pretendem igualmente valorizar com esta acção, foi programado um tipo de formação (aprendizagem e reciclagem) com apreciável duração, incluindo um número significativo de horas de instrução teórica.

A formação que será feita em Centro inclui experiência prática de trabalho cuja duração ronda 25 por cento do número total de horas lectivas.

Está neste momento a ser criado na Sede um Grupo de Trabalho com elementos qualificados para organizar o funcionamento dos cursos, pois pretende-se que, no futuro, a ADFA venha a ser uma instituição reconhecida e com méritos orga-

Sem emprego estável não há integração

Cursos de aperfeiçoamento reabilitação ou qualificação para deficientes do sexo masculino (sem limitações de idade)	Duração em semanas	Total de horas lectivas
Relações Públicas (aperfeiçoamento)	12	120
Contabilidade (aperfeiçoamento)	7	210
Arquivista documentalista (aperfeiçoamento)	3	105
Reparador de electrodomésticos	12	450
Reparador de microelectrónica	15	225
Técnico de prótese e ortóteses	44	1650
Operador de escritório electrónico	8	120

É ainda possível fazer inscrições para qualquer destes cursos. Os interessados deverão contactar a Sede ou Delegações com a máxima brevidade.

Cursos de formação profissional para deficientes dos dois sexos com menos de 25 anos de idade	Duração (semanas)	Número de horas lectivas
Programadores de BASIC e utilizadores do MS/DOS UNIX	20	600
Programadores de COBOL e utilizadores de MS/DOS UNIX	20	600
Operadores de escritório electrónico	20	600
Resturadores de antiguidades	44	1540
Artesãos de madeira	24	840

É ainda possível fazer inscrições para qualquer destes cursos. Os interessados deverão contactar a sede ou Delegações com a máxima brevidade.

nizativos e capacidade para ministrar cursos de formação a deficientes.

Deficientes jovens

A segunda área destinada aos deficientes jovens prevê a formação de um total de 50 elementos dos dois sexos durante o ano de 1977 e visa igualmente possibilitar a integração dos jovens deficientes no mercado livre de trabalho com con-

dições para a obtenção de emprego estável.

Especialmente orientados para os jovens com menos de 18 anos, cujas possibilidades de emprego são significativamente reduzidas devido à ausência de formação profissional, circunstância particularmente agravada por se tratar de deficientes, esses cursos incluem experiência concreta de trabalho que varia entre as

150 e as 300 horas lectivas, em centros de formação.

Trata-se de acções de formação de longa duração, consagrando igualmente número significativo de horas às novas tecnologias.

Pretende-se assim proporcionar qualificações profissionais elevadas e ajustadas às novas necessidades do mercado de trabalho.

Direcção recebida pelo SNR

O Secretário Nacional de Reabilitação, dr. Fouto Pólvora, recebeu membros da Direcção-Central da ADFA no passado dia 11 de Agosto. Durante o encontro foram abordados os seguintes temas: reactivação do Conselho Nacional de Reabilitação, problemas dos sócios africanos da ADFA e barreiras arquitectónicas.

Fomos ainda informados de que o SNR pretende proceder a um levantamento estatístico do número e situação dos deficientes portugueses utilizando o processo de amostragem, enquanto se não revele possível proceder a um verdadeiro censo da população deficiente portuguesa.

Quanto à reactivação

do Conselho Nacional de Reabilitação, fomos informados de que irá realizar-se uma reunião desse órgão para a qual serão convocadas, como observadores, outras associações de e para deficientes além das que nele não estão representadas.

O SNR pretende que o Conselho Nacional de

Reabilitação seja um órgão «muito activo» e dinâmico, com reuniões mensais, dele emanando comissões para aprofundar certos assuntos com vista à definição de uma política nacional de reabilitação, embora entendendo que o Conselho deverá ter função meramente consultiva.

Aguarda-se a todo o momento a marcação do dia em que o Conselho irá reunir pois chegou a estar convocada uma reunião para o dia 18 de Setembro que entretanto não chegou a realizar-se.



Estagiário em formação num Centro de Trabalho protegido

ADFA presente em programas de rádios locais

A ADFA vem despertando o interesse das rádios locais e sucessivas intervenções nesses novos órgãos de Comunicação Social estão em parte a romper a nuvem de esquecimento que os meios de comunicação convencionais votam normalmente a causa dos deficientes em Portugal.

A última intervenção de dois elementos da Direcção-Central numa estação de Rádio local decorreu durante um programa de quatro horas da Rádio Nova Antena de Odivelas em que foram abordadas sobretudo as questões da paz e os problemas dos deficientes em geral e dos deficientes militares em particular.

Depois de a Delegação Cascais terem tido longas de Faro e o núcleo de intervenções em progra-

mas de rádios locais nas suas regiões respectivas sobre a ADFA e o mundo da deficiência em Portugal, este mês foi a vez de a região de Lisboa projectar estas questões nas ondas artesanais.

António Carreiro e Henrique Mendonça, entre as 20 e as 24 horas do passado dia 8 de Setembro expuseram várias questões e responderam em

directo a perguntas de ouvintes da Rádio Nova Antena de Odivelas.

Ao longo do programa, foi organizado um concurso entre os ouvintes que teve como prémios duas assinaturas do «ELO» durante um ano. Os contemplados foram:

Carlos Alberto Antunes Oliveira, do Tojalinho, Loures, e Maria Isabel Neves, do Senhor Roubado, Odivelas.



Clínica geral na sede

Tendo em consideração que o volume de consultas de clínica geral excede as expectativas e desejando-se melhorar cada vez mais a prestação de serviços aos sócios, informa-se que a partir de 1/10/86, para além da consulta à segunda feira o Dr. Fernando Brito passa também a dar consulta às 5.ª feiras, pelas 14H00.

Doenças agravadas em serviço

Todos os sócios que se encontram na situação designada por «doença agravada em serviço» devem dirigir-se à Sede ou Delegação da área da sua residência, a fim de solicitar a reabertura dos seus processos.

A situação daqueles cujas doenças ou deficiências foram consideradas agravadas durante a prestação do serviço militar, com uma relação directa de causa-efeito com a prestação desse mesmo serviço, ou os muitos casos em que as doenças se manifestaram durante a prestação de serviço mas são catalogados dessa forma pela burocracia estatal, constituem uma das grandes preocupações da ADFA e dos seus órgãos sociais centrais.

Estas situações de flagrante injustiça não poderão continuar a ser ignoradas por uma legislação obsoleta e desfazada das realidades.

APOIO MÉDICO

CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito	Segundas-feiras, às 14 horas, e Quintas-feiras, às 14 horas, na Sede
PSIQUATRIA Médico: dr. Gameiro	Quintas-feiras, às 12 horas, na Sede
PSICOLOGIA CLÍNICA Psicólogo: sócio dr. Valente dos Santos	Na Sede: primeira quinta-feira de cada mês às 10 horas Atendimento domiciliário: nas terceiras quintas-feiras de cada mês No consultório do dr. Valente dos Santos, em Tomar (Rua Ângela Tamagnini n.º 11, r/c-Esq.), nos restantes dias, especialmente para os sócios de Leiria, Tomar, Abrantes e Santarém.
FISIATRIA E TERAPIA FÍSICA Médico: dr. Joaquim Neto Osteopata: dr. Borges de Sousa	Quartas-feiras, das 9.30 às 11 horas

As oficinas de tipografia da ADFA executam todos os trabalhos de Tipografia e Encadernação



Acordo com a Renault fomenta desporto na ADFA

A ADFA celebrou um acordo com a Renault Portuguesa, mediante o qual os sócios poderão adquirir veículos daquela marca beneficiando da assistência dos serviços da Associação na resolução dos problemas burocráticos relacionados com a isenção de impostos.

Os sócios poderão assim adquirir o seu veículo mais facilmente ao mesmo preço que obteriam em qualquer agente ou representante da marca, com a vantagem adicional de que a ADFA receberá uma pequena percentagem destinada ao fomento da Secção Desportiva.

Lembramos que a Renault enriqueceu recentemente a sua gama à venda em Portugal com os modelos «11Diesel» e «21», ampliando o leque de escolha para lá das habituais versões dos modelos «R5», «R9» e «R11».

Todos os sócios interessados em obter mais informações deverão dirigir-se aos serviços da Sede ou Delegação respectiva.

Biblioteca para cegos em Coimbra

A Biblioteca Municipal de Coimbra decidiu criar condições de utilização dos seus serviços pelos munícipes cegos, para o que constituiu um núcleo de leitura que lhes será especialmente destinado.

Para o efeito, a Câmara Municipal aprovou a contratação de um técnico que será incumbido de proceder ao aproveitamento de alguns livros em Braille que a Biblioteca já possui e aconselhar a compra de novas obras.

Cursos de Informática «Optacon» é «Versabril»

O Centro de Inovação para Deficientes da Associação Portuguesa de Criatividade inicia em Outubro próximo cursos de formação em novas tecnologias como a Informática, e os sistemas de utilização da escrita a negro por cegos «Optacon» e «Versabril».

Os sócios eventualmente interessados na frequência desses cursos poderão obter mais informações e fazer a sua inscrição (com a maior brevidade possível) no

Centro de Inovação para Deficientes
Associação Portuguesa de Criatividade
Av. Almirante Reis, 158-1.º Dt.
— 1000 Lisboa
ou através do Tel. 57 53 01
(das 14 às 18 horas).

Almoço convívio de antigos combatentes da Guiné

Antigos combatentes da Guiné realizam no próximo dia 5 de Outubro o seu V Almoço Convívio Nacional, na Estalagem da Pateira — Fermentelós.

A inscrição «custa 1000 aerogramas por pessoa» e é aberta às esposas e filhos dos ex-combatentes.

Inscrições ou mais informações devem ser tratadas através do Apartado 42-3531 Mangualde, endereçando a correspondência a 5.º Almoço-Convívio/Guiné 86.

Descontos em unidades hoteleiras

O Grupo Hoteleiro NAVOTEL, proprietário entre outros do Hotel dos Navegadores em Monte Gordo, concede aos sócios da ADFA 50 por cento de desconto em alojamento e estadia nas suas unidades e 10 por cento nos serviços de restaurante, bar snack, coffee shop e «grill» desses mesmos estabelecimentos.

Para ter direito a estes descontos, os associados deverão solicitar à NAVOTEL a emissão de um cartão «VIP», através dos serviços da sede ou delegações.

Barreiras Arquitectónicas

Caixa Geral de Depósitos dá maus exemplos

O Despacho interministerial regulamentador da acessibilidade de deficientes a estabelecimentos destinados a receber público foi publicado há cerca de dois meses e estipula que deverão ser feitas obras de adaptação nos edifícios de utilização pública já existentes onde existem barreiras impeditivas de um normal acesso de deficientes. Por manifesta incuria nalgumas das suas construções recentes, a Caixa Geral de Depósitos é uma das entidades que, a acatar o espírito legal, deverá proceder a alterações nalgumas das suas dependências.

Se o que faltava era uma lei para que este problema seja resolvido, já que o simples senso comum se revelou insuficiente para o sanar, não poderá continuar a dizer-se que ainda falta alguma coisa, salvo uma lei melhor que a actual, que imponha de facto o fim da exclusão dos portadores de grandes deficiências do acesso a serviços essenciais para qualquer cidadão.

Nos próximos números continuaremos a apontar casos flagrantes de inadequação de instalações públicas ao espírito legal, como de resto já vinhamos fazendo anteriormente.

Casos flagrantes

Hoje trazemos aqui o caso de duas dependências da Caixa Geral de Depósitos uma em Nelas

outra no centro de Lisboa, que constituem casos bem flagrantes.

Em Nelas, a dependência local sofreu obras recentes. Natural seria que um degrau existente na entrada do anterior edifício tivesse sido substituído por melhor solução tendo em conta o acesso de deficientes, doentes e idosos.

Longe disso, e apesar de ter havido utentes portadores de grandes deficiências que durante a execução da obra tiveram o cuidado de lembrar os responsáveis locais da CGD de que gostariam de continuar clientes de pleno direito, com acesso ao interior do estabelecimento, tal como os demais, o novo edifício apresenta três degraus imediatamente após a porta de entrada.

Resultado: qualquer utente em cadeira de rodas terá que ser atendido na rua, depois de esperar que um funcionário se desloque ao exterior expressamente para o atender. Chova ou faça sol essa é agora a única solução.

Situação indigna e injusta

Isto não é digno nem é justo, pelo que entendemos que a CGD só poderá tomar uma atitude: proceder às alterações necessárias, já que não quiz resolver o problema de raiz e na melhor ocasião, que seria durante as obras de remodelação a que procedeu.

Mas casos há em que não é sequer possível a deslocação de um funcionário ao exterior da de-

pendência, como nas grandes vias das grandes cidades.

Vejam a Agência do Rossio do mesmo estabelecimento bancário: são sete ou oito degraus que limitam o acesso de deficientes, doentes e idosos, sem que tenha sido criada alternativa de entrada. Isto em pleno centro de Lisboa, à saída de um terminal ferroviário e a escassos metros da sede da ADFA cujos sócios são esmagadoramente depositantes dessa instituição, através da qual recebem as suas pensões.

Estes exemplos lastimáveis vêm provar aquilo para que alertávamos já no último número, ao noticiar a publicação do Despacho regulador deste problema.

Os deficientes têm direito constitucional à máxima igualdade possível no acesso a estabelecimentos e serviços. Durante muito tempo esse direito foi-lhes negado a coberto da inexistência de uma Lei reguladora. Agora é o que se vê.

Depositantes discriminados

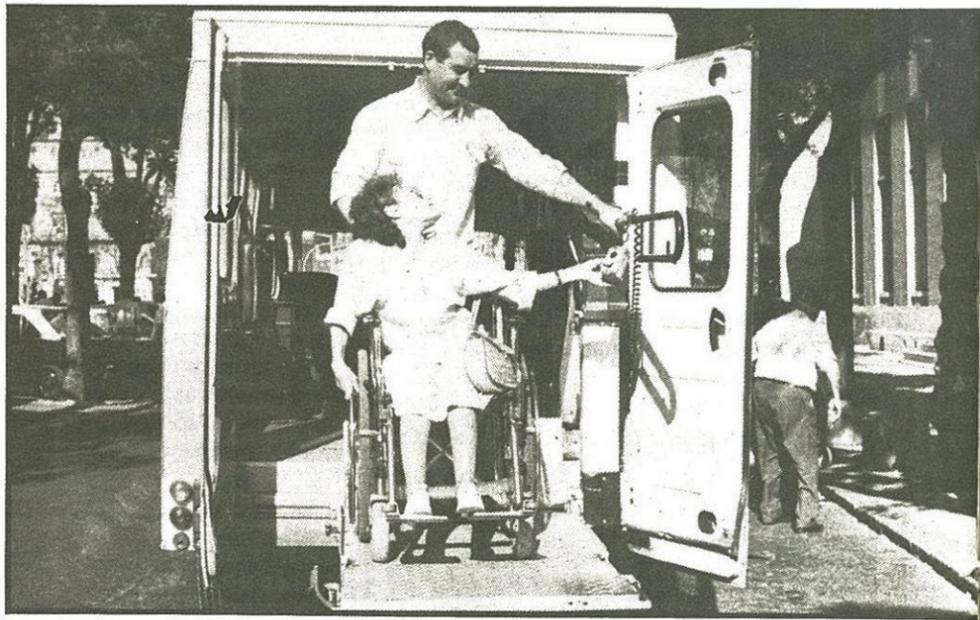
Não se pode compreender que numa construção nova este problema não seja tido em conta, tal como se não pode compreender que em pleno centro da capital, onde a Câmara Municipal está a pôr em prática um plano de abolição progressiva das barreiras ainda existentes, uma entidade pública como a CGD se tenha permitido semelhante incuria, discriminando parcela significativa dos seus utentes.

Argumentará porventura a CGD que as obras de adaptação custam dinheiro e é reduzido o número de utentes com dificuldades de locomoção. Tal argumento não colhe. Com o acesso ao balcão impossibilitado, o grande deficiente vê-se forçado a pedir a outra pessoa que vá ao banco por si, opta por transferir o seu dinheiro para outro banco de mais fácil acesso, ou movimenta os seus dinheiros através de contas em nome do conjugue ou outros familiares.

Não têm utentes deficientes em número significativo. Como poderiam ter se estes não podem entrar?

A CGD não poderá honestamente afirmar que são poucos os utentes da sua dependência do Rossio que necessitam de uma rampa ou de acesso através da porta lateral, mantendo as suas portas fechadas, na prática, a todas as pessoas nessas condições.

Os problemas de



Transportes públicos: um inferno

A experiência de que aqui se fala é a experiência de todos os dias para muitos de nós. Não ides portanto ler nada de novo. Mas ireis reconhecer perfeitamente cada situação. Trata-se do depoimento de um camarada amputado de uma perna, a que a Redacção deu forma de entrevista. Ouçamos o que ele tem para dizer:

«Como o custo da gasolina é brutal, vejo-me obrigado a utilizar regularmente os — caríssimos — transportes públicos nacionais e sinto bem quais as dificuldades que um deficiente motor tem.»

«Logo pela manhã, começa a faina. Dirijo-me para a paragem da Rodoviária Nacional e fico na bicha, em pé, esperando que chegue o autocarro.»

«Normalmente não vem a horas», adianta.

«Depois é o subir para o transporte, o desnível do degrau inferior e o piso, demasiado grande.»

Segue-se a dificuldade em arranjar lugar sentado. É mais fácil uma grávida ou uma pessoa que transporte uma criança de colo arranjar lugar sentado nos assentos destinados a esse fim que um deficiente motor.

«Um amputado dos membros inferiores usa calças, a deficiência não se vê. E se por acaso conseguiu lugar e não o oferece quando entra uma grávida é, de imediato, ofendido. O mesmo acontece nos transportes da Carris e no Metro.»

Algumas sugestões

Como resolver este problema? O nosso interlocutor propõe algumas medidas de relativamente simples concretização:

«Bancos nas paragens,



instalação de mais um degrau nos autocarros a fim de diminuir a altura até ao solo, uma campanha nos órgãos de comunicação social, nomeadamente na TV, a fim de haver uma maior sensibilização do público para os problemas que afectam os deficientes motores.»

Na realidade, a não serem tomadas medidas que nos facilitem a vida, só resta ao grande deficiente optar pelo transporte individual. Mas aí surgem novos problemas:

O preço da gasolina

«Os deficientes militares abrangidos pelo Decreto-Lei 43/76 tinham o direito de adquirir gasolina através das Forças Armadas a um preço inferior.»

«Recentemente, com a aprovação do Orçamento Geral do Estado, os militares viram essa regalia cerceada. E quem veio a sofrer de modo mais agu-

do com essa medida? Mais uma vez, os deficientes motores.»

Daí que o nosso amigo se pergunte:

«Não seria possível chegar a um acordo para o Orçamento de 1987 em matéria de preço de combustíveis para deficientes?»

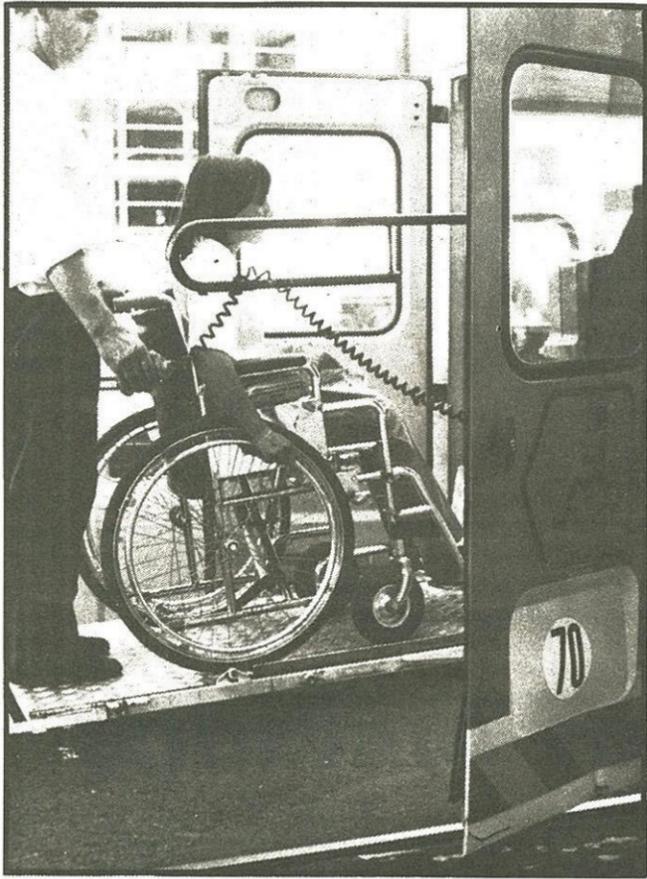
E justifica: «As leis dizem que um deficiente com grau de invalidez igual ou superior a 60 por cento tem direito a adquirir viatura própria com grandes descontos, mas depois esquece-se de que o condutor, neste caso um deficiente, para a fazer desocar, precisa de pagar a gasolina, as revisões e os seguros ao preço a que eles estão.»

Um voto final: «Que os governantes deste País tenham a coragem de olhar para estes problemas e de os resolver de acordo com o previsto na Lei fundamental. É isso que se deseja.»



CGD em Nelas: atrás da porta, três degraus impedem acesso de grandes deficientes

deslocação de um grande deficiente



Transportes especiais em Lisboa: um serviço eficaz mas sem capacidade para atender o elevado número de carências existentes

Gasolina: uma barreira mais

Os cidadãos portadores de deficiências com grau igual ou superior a sessenta por cento estão isentos do imposto sobre a venda de veículos automóveis, do imposto sobre veículos e do imposto de compensação. Privilégio? Não. Essas isenções correspondem ao reconhecimento legal de que esse cidadão tem necessidade imperiosa de um meio de transporte para poder angariar o seu sustento e cumprir os seus outros deveres de cidadão em condições de máxima igualdade possível relativamente aos demais.

Porém, esse desagendamento funciona em medida bastante limitada se depois de adquirir o veículo de que necessita o deficiente se vê coagido a moderar drasticamente a sua utilização devido ao preço dos combustíveis.

Na realidade, o cidadão que não paga impostos sobre o veículo dado o carácter vital da sua necessidade de o utilizar, paga em contrapartida oneroso imposto sobre o combustível utilizado para o fazer mover.

Esta situação paradoxal atingiu sempre, é certo, os deficientes civis.

Porém, embora em sentido amplo a injustiça seja igual relativamente a

civis e militares, no caso dos últimos ela torna-se circunstancialmente mais injusta ainda, pois corresponde à perda de um direito adquirido que a particularidade da sua situação plenamente justificava.

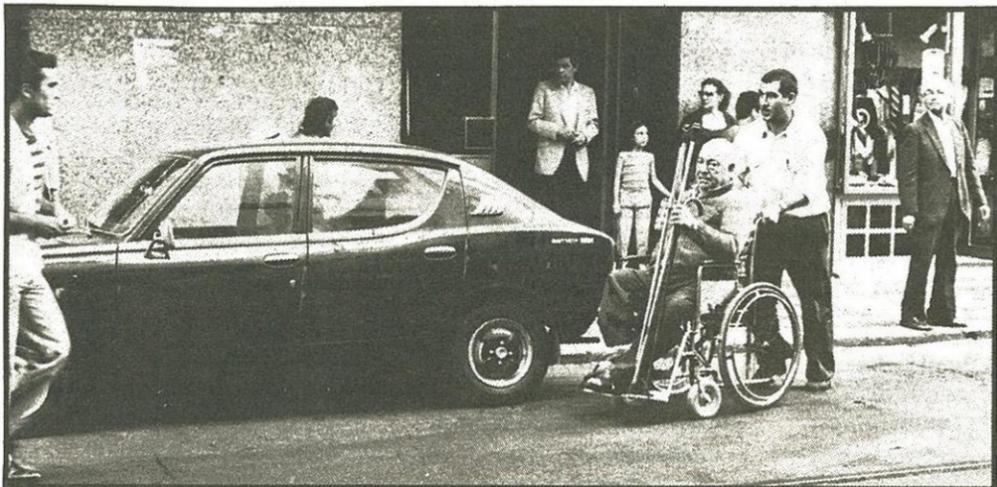
Entendemos que os grandes deficientes, civis ou militares, não deveriam ser tão agravados quanto os demais cidadãos pelo uso de um bem que não só lhes é mais necessário como, em muitos casos tem um carácter de necessidade absoluta e incontornável.

Igualdade de condições para a vida prática deveria, na realidade, significar isenção ou substancial

redução do imposto sobre combustíveis para todos os deficientes com necessidade comprovadamente imperiosa de um transporte próprio, precavida legalmente a possibilidade de abusos e negociações.

Mas mais injusto ainda que negar um direito a quem nunca o viu reconhecido, é despojar de um direito (não se trata de uma regalia como julgamos ter demonstrado suficientemente) quem já o tinha adquirido.

Lamentavelmente é essa a situação com que agora se vêem confrontados os grandes deficientes militares.



«Selo» do automóvel um caso difícil

A Lei Portuguesa reconhece o carácter obrigatório do transporte próprio para que um grande deficiente possa ter uma vida autónoma e integrar-se o mais plenamente possível na sociedade, contribuindo com o seu trabalho e participação para a vida do todo social.

Assim, estabelece isenções de impostos na aquisição de veículos para esses cidadãos.

Depois, porém, são muitos os obstáculos que se vão interpor entre esse cidadão e o uso desse seu auxiliar de locomoção essencial.

Vamos acompanhar um grande deficiente durante algumas horas para descobrir alguns desses escolhos.

Estamos em Setembro, último mês para o pagamento do Imposto sobre veículos vulgarmente conhecido por «selo do carro».

Logicamente, este nosso amigo está isento desse imposto, pois é portador de um deficiência de grau superior a 60 por cento. Mas vejamos o que se vai passar:

Dirigimo-nos à Repartição de Finanças da área onde o nosso amigo reside, e para que se não julgue que estamos a falar de um mero caso pontual, adiantaremos que tanto faz que ele more em Algés como em Almada, na Amadora ou no Seixal e o percurso será semelhante.

Resolvido o problema da «bicha» com a exibição do cartão ou com os longos minutos de espera necessários conseguimos chegar ao «guichet» que seria o indicado a crer na tabuleta que tem por cima. Mas aí é-lhe dito que terá de subir ao primeiro andar a fim de preencher um pedido de isenção.

Subimos, com a dificuldade que vós bem conhe-

ceis. Esperamos. Pedimos o impresso.

Preenchido o verbete, quando julgávamos tudo resolvido, informam-nos que é necessário voltar ao rés-do-chão para preencher outro impresso e adquirir um selo de isenção.

Quando finalmente conseguimos cumprir todas estas instruções dignas de um jogo de escuteiros recebemos a bofetada final: há que subir de novo ao primeiro andar para registar o selo.

Será tudo isto necessário?

Creemos que não. Não seria mais simples e eficaz — até do ponto de vista do controle futuro — que o deficiente teoricamente isento do «selo» estivesse efectivamente isento, mediante apresentação de prova da sua deficiência quando fiscalizado pela autoridade?

VAMOS RELANÇAR O NOSSO JORNAL

Por cada sócio um novo assinante

Exactamente isso. Vamos fazer do ELO um verdadeiro agente de comunicação não só entre deficientes mas também de e para o mundo exterior.

A voz da ADFA e as causas que defende têm também de fazer-se ouvir fora das nossas paredes.

Para isso, vamos melhorar cada vez mais este nosso Jornal e difundir-lo por toda a parte.

Este projecto é ousado mas não é impossível. É longo e moroso mas não será por isso que deixaremos de o concretizar.

Melhorar sempre

No plano temático, este número, realizado num período em que havia ainda muita gente de férias na Sede, Delegações e Núcleos e também nos organismos oficiais, está ainda longe de corresponder ao que desejamos.

Temos, porém, determinação de prosseguir o esforço de melhoria já iniciado e — contando igualmente com uma mais activa colaboração de todos os sócios, Delegações e Núcleos — chegará às vossas mãos, mês após mês, um jornal progressivamente melhor e mais actuante.

Nem todos terão «jeito para escrever». Mas isso não dispensa a participação desses que se dizem desajeitados. Enviar informações, ideias, sugestões e críticas ao ELO é também uma forma de participar, e tarefa de todos os sócios sem excepção.

Na hora do relançamento

Mas relançar o ELO é tarefa que se não esgota na melhoria do aspecto e qualidade da informação do jornal.

Angariar novos assinantes é ou-

tra das tarefas que agora se nos apresentam.

Para que o ELO seja um jornal capaz de interessar mais facilmente qualquer pessoa, deficiente ou não deficiente, introduzimos neste número mais algumas alterações com carácter experimental. Tentaremos no próximo iniciar uma página cultural com as vossas apreciações a filmes, livros, peças de teatro, exposições, feiras, festas, romarias e outros acontecimentos, relacionados ou não com o mundo da deficiência e da reabilitação.

Não pretendemos transformar-nos num jornal como os outros. O nosso objectivo primeiro é e continuará a ser a defesa da causa dos deficientes. Porém, essa causa insere-se num todo onde não há compartimentos estanques. A nossa abertura ao exterior faz também parte da luta pela total integração na sociedade.

Mãos à obra

Dados os primeiros passos, necessitamos agora de vossas críticas para melhorar este trabalho e de iniciar também, na prática, a expansão do ELO fora das nossas próprias paredes.

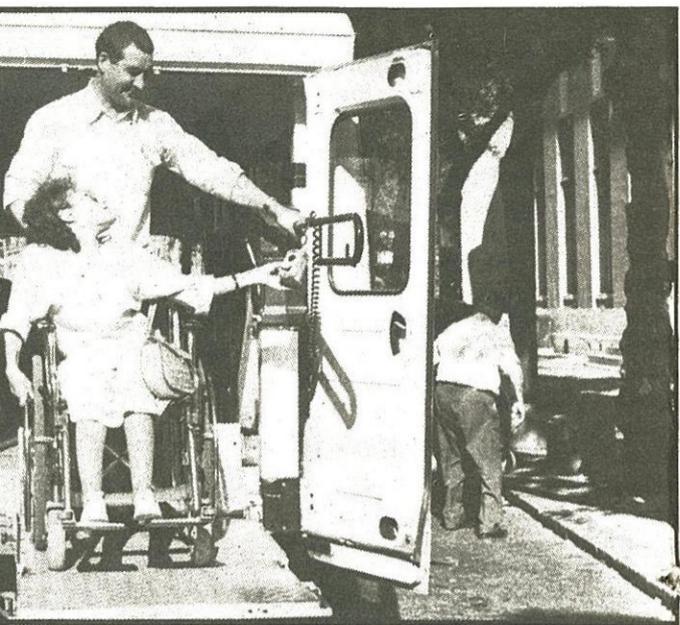
Propomo-vos uma forma simples de o conseguir: que cada sócio angarie pelo menos um novo assinante para o ELO.

A Direcção-Central estuda neste momento a hipótese de atribuição de prémios no âmbito desta campanha.

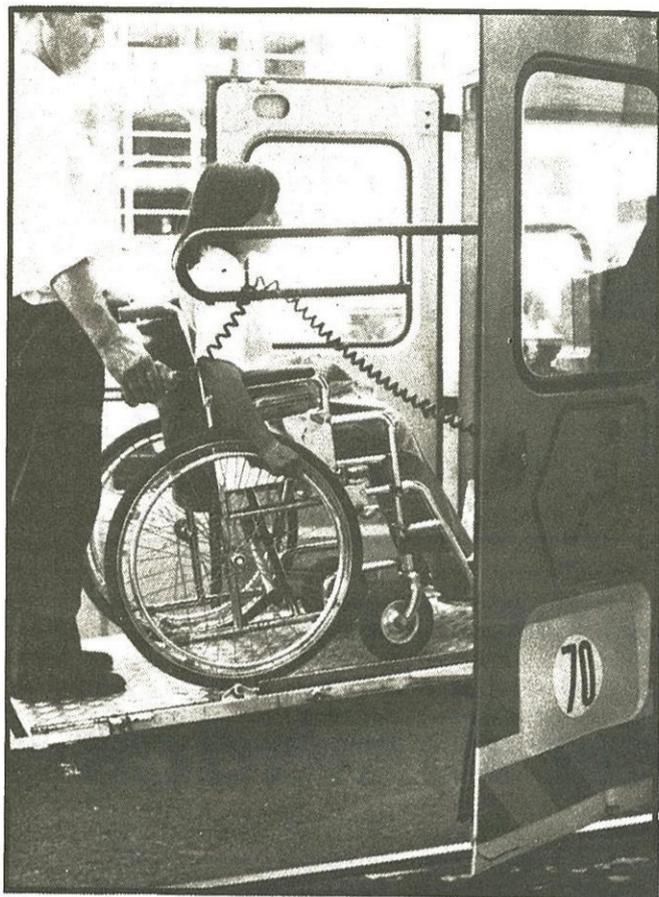
No próximo número diremos mais a este respeito, mas vamos deitar mãos à obra desde já.

É simples. Traz outro amigo também.

Problemas de deslocação



Transportes públicos: governo



Transportes especiais em Lisboa: um serviço eficaz mas sem capacidade para atender o elevado número de carências existentes



«Selo» do automóvel um caso difícil

instalação de mais um degrau nos autocarros a fim de diminuir a altura até ao solo, uma campanha nos órgãos de comunicação social, nomeadamente na TV, a fim de haver uma maior sensibilização do público para os problemas que afectam os deficientes motores.»

Na realidade, a não serem tomadas medidas que nos facilitem a vida, só resta ao grande deficiente optar pelo transporte individual. Mas aí surgem novos problemas:

O preço da gasolina

«Os deficientes militares abrangidos pelo Decreto-Lei 43/76 tinham o direito de adquirir gasolina através das Forças Armadas a um preço inferior.

«Recentemente, com a aprovação do Orçamento Geral do Estado, os militares viram essa regalia cerceada. E quem veio a sofrer de modo mais agu-

do com essa medida? Mais uma vez, os deficientes motores.»

Daí que o nosso amigo se pergunte:

«Não seria possível chegar a um acordo para o Orçamento de 1987 em matéria de preço de combustíveis para deficientes?»

E justifica: «As leis dizem que um deficiente com grau de invalidez igual ou superior a 60 por cento tem direito a adquirir viatura própria com grandes descontos, mas depois esquece-se de que o condutor, neste caso um deficiente, para a fazer desocar, precisa de pagar a gasolina, as revisões e os seguros ao preço a que eles estão.»

Um voto final: «Que os governantes deste País tenham a coragem de olhar para estes problemas e dar os resolver de acordo com o previsto na Lei fundamental. É isso que se deseja.»

A Lei Portuguesa reconhece o carácter obrigatório do transporte próprio para que um grande deficiente possa ter uma vida autónoma e integrar-se o mais plenamente possível na sociedade, contribuindo com o seu trabalho e participação para a vida de todo social.

Assim, estabelece isenções de impostos na aquisição de veículos para esses cidadãos.

Depois, porém, são muitos os obstáculos que se vão interpor entre esse cidadão e o uso desse seu auxiliar de locomoção essencial.

Vamos acompanhar um grande deficiente durante algumas horas para descobrir alguns desses escolhos.

Estamos em Setembro, último mês para o pagamento do Imposto sobre veículos vulgarmente conhecido por «selo do carro».

Logicamente, este nosso amigo está isento desse imposto, pois é portador de um deficiência de grau superior a 60 por cento. Mas vejamos o que se vai passar:

Dirigimo-nos à Repartição de Finanças da área onde o nosso amigo reside, e para que se não julgue que estamos a falar de um mero caso pontual, adiantaremos que tanto faz que ele more em Algés como em Almada, na Amadora ou no Seixal e o percurso será semelhante.

Resolvido o problema da «bicha» com a exibição do cartão ou com os longos minutos de espera necessários conseguimos chegar ao «guichet» que seria o indicado a crer na tabuleta que tem por cima. Mas aí é-lhe dito que terá de subir ao primeiro andar a fim de preencher um pedido de isenção.

Subimos, com a dificuldade que vós bem conhe-

Iniciativa do Fundo Social Europeu

A Arte e a pessoa deficiente

O Hertfordshire College of Art & Design, foi incumbido pelo fundo Social Europeu, de desenvolver um programa, (inicialmente, de três anos), compreendendo um esquema de bolsas de estudo e um projecto de pesquisa sobre *As artes e as pessoas deficientes*.



Uma jovem deficiente soviética praticando bailado (Foto Sovfoto/TASS)

O esquema das bolsas de estudo, oferece aos cidadãos da Comunidade Económica Europeia, a oportunidade de estudarem *terapia pela arte e pelo drama* no «Hert-

fordshire College», juntamente com estudantes britânicos. O principal objecto deste esquema consiste, no facto de, quando os bolseiros regressarem aos respectivos

países, poderem pôr em prática ou incrementar projectos concebidos para emprego da arte como veículo para uma melhor integração de pessoas deficientes dentro da comunidade.

O projecto de pesquisa, tem por finalidade, definir o contexto geral, no qual a arte está a ser já utilizada pelas pessoas deficientes, e despistar o actual potencial de terapias criativas que está a ser utilizado, identificar tendências e progressos que se registam nestes domínios.

O relatório final desse trabalho será submetido à Comissão Europeia, em 1987, e incluirá recomendações políticas para a sua futura implementação, nos países da CEE. Os organizadores esperam que essas recomendações «sejam fomentadas através da colaboração com outras organizações que trabalham para o mesmo objectivo».

Por último, o Hertfordshire College está a compilar uma listagem de todos os projectos e actividades que envolvam a utilização da arte com pessoas deficientes, a fim de ser incluído no relatório da pesquisa, e gostaria de receber informações acerca de actividades artísticas que sejam levadas a efeito nesta área.

Informações complementares sobre estas iniciativas, podem ser solicitadas a:

SUSANNE WACKETT
(Assistente de Pesquisa)
HERTFORDSHIRE
COLLEGE OF ART
& DESIGN
7 HARTFIELD ROAD
ST ALBANS
HERTFORDSHIRE
ENGLAND



Natação

As aulas de Natação para associados e seus filhos continuam a decorrer

como habitualmente na Piscina Municipal do Areiro, gentilmente cedida pela Câmara Municipal de Lisboa para o efeito, e sob a

orientação do sócio Carlos Noivo. Lembramos que a Piscina do Areiro foi recentemente sujeita a obras de beneficiação que possibilitam a entrada em cadeira de rodas e passou a dispor de vestiário-balneário especialmente preparado para deficientes no piso térreo. Para qualquer informação sobre estas aulas, os sócios poderão dirigir-se à Secção Desportiva da Sede.

Serviços Sociais das Forças Armadas

Os Serviços Sociais das Forças Armadas distribuíram recentemente uma publicação em que inventariam resumidamente as suas actividades, o qual constitui enumeração esclarecedora, ainda que resumida, sobre os direitos dos sócios. Entre esses direitos, por ser dos que maior interesse poderá apresentar para os nossos sócios, destacamos a concessão de empréstimos para várias finalidades, em condições que de seguida enumeramos:

1.ª Prioridade:

A — Encargos comprovados referentes à assistência sanitária que não sejam cobertos pelas ADM'S ou por outros sistemas de assistência na doença.

Englobam-se neste escalão de prioridades os pedidos de empréstimo destinados a permitir o pagamento, total ou parcial, de bens e serviços (tratamentos, internamentos, intervenções cirúrgicas, transportes utilizados como resultado de doença ou acidente e encargos com funerais), que não sejam inteiramente participados pelas ADM'S.

B — Encargos devidamente justificados e ma-

nifestamente urgentes, resultantes de situações graves e imprevisíveis.

Englobam-se neste escalão os pedidos destinados a custear os encargos com acidentes de viação, incêndio ou outros acontecimentos não cobertos pelo seguro total ou parcialmente.

Podem ainda incluir-se neste escalão os pedidos destinados a custear despesas imprevisíveis, tais como agravamento de taxas de impostos e similares, fazer face a situações de grande carência surgidas subitamente, mas a solucionar a curto prazo e satisfazer despesas judiciais.

2.ª Prioridade:

— Despesas imprevistas e urgentes a efectuar com pequenas reparações ou beneficiações de habitação e que não caibam no âmbito dos empréstimos hipotecários.

B — Aquisição de bens essenciais de uso doméstico, incluindo electrodomésticos e mobiliário, mas exceptuando-se os considerados supérfluos ou de luxo.

Podem incluir-se nesta prioridade os pedidos que visem:

— Custear encargos comprovados com a aquisição de enxovais, material escolar que ultrapassando as participações a efectuar pela 3.ª

Rep./SSFA, sejam exigidos pelos Colégios Militares, Colégios particulares ou instituições de reeducação e readaptação e ainda despesas com a reparação de viaturas, desde que esta não seja ocasionada por acidente (prioridade 1.ª B).

C — Despesas comprovadas efectuadas com a realização de baptizados ou casamentos (enxovais, copos de água).

3.ª Prioridade:

— Pedidos com vista a suportar encargos que não se enquadram directamente ou por analogia e identidade de razões na 1.ª e 2.ª prioridade.

Estes casos serão apreciados pela Comissão Directiva dos SSFA, que julgará quais devem ser atendidos e lhes atribuirá o respectivo grau de prioridade.

Os pedidos que integrem a 2.ª e 3.ª prioridade serão analisados no fim de cada mês e classificados no respectivo escalão de prioridades, através da atribuição de pontos, para o que será tido em consideração:

— Menores possibilidades financeiras do requerente.

— Maior antiguidade como beneficiário dos SSFA.

— Número de empréstimo já usufruídos.

ORTOMEDICINAL LDA

EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR
Acordo com a A.D.S.E.



Todo o material p/gessos funcionais próteses, meias elásticas, palmilhas ortotese, canelanas, fisioterapia cadeiras de rodas, cintas, calçado ortopédico



Rua Fé, 10A - 1100 LISBOA ☎ 56 27 48-53 81 42

INFORMAÇÃO AOS SÓCIOS

Caros Associados:

Todos os Sócios interessados em adquirir viaturas da gama FORD, VOLKSWAGEN, AUDI, RENAULT, OPEL, podem fazê-lo através do nosso sócio **António Bernardes** que é delegado de vendas das marcas acima mencionadas, encontrando-se este dentro de toda a legislação sobre aquisição de viaturas para deficientes.

VENDA PARA QUALQUER PARTE DO PAÍS

2317 — Sede ADFA ou

A contactar pelos ☎ 243 19 51 — Residência depois 19 h.
(rede de Lisboa)

MONTANTES E TAXAS DE JURO

VENCIMENTO-BASE (b)	Limite dos montantes a conceder (em contos)					TAXAS DE JURO (%)					PRÉMIO DE RISCO (%)	PRAZO DE AMORTIZAÇÃO (meses)	
	PRIORIDADES					PRIORIDADES							
	1.ª A	1.ª B	2.ª A	2.ª B	2.ª C	1.ª A	1.ª B	2.ª A	2.ª B	2.ª C			
Até 28 600\$000	110	90	65	55	50	6	9						
De 28 601\$000 a 34 800\$000	120	100	70	60	60	7	10						
De 34 801\$000 a 44 400\$000	130	110	80	70	70	8	11						
De 44 401\$000 a 47 500\$000	140	120	90	80	80	9	12						
De 47 501\$000 a 52 900\$000	150	130	100	85	85	10	13						
De 52 901\$000 a 67 400\$000	160	140	110	90	90	11	14						
Superior a 67 400\$000	170	150	130	100	95	12	15						

a) Quando a amortização do capital e pagamento de juros ultrapassar 20% do vencimento-base, o prazo de amortização poderá ser dilatado até 30 meses, a pedido dos interessados. Alinea 6.ª das Normas.
b) Vencimento-base de 1985.

Sócios africanos

Quem os defende?

A situação dos guineenses que serviram as Forças Armadas Portuguesas na sua terra de origem e aos quais não foi até agora reconhecida a nacionalidade portuguesa foi notícia no mês de Agosto, revestindo aspectos de escândalo e sensação nas páginas dos jornais.

No dia 21 do mês transecto, uma manifestação frente ao EMGFA projectava o problema, até então praticamente ignorado da opinião pública, para os grandes órgãos de Comunicação Social.

Concorrendo fortemente para o impacto do assunto na Informação esteve o facto de a manifestação, da iniciativa da Associação de Comandos, ter sido liderada pelo deficiente das Forças Armadas e sócio da ADFA capitão Marcelino da Mata, um dos oficiais mais condecorados do Exército Português.

Na manifestação, estiveram presentes alguns sócios da ADFA.

Contudo, a ADFA nada teve a ver com essa iniciativa e nem sequer dela teve conhecimento prévio.

ADFA tem uma palavra a dizer

Ao tomar conhecimento da ocorrência através dos jornais, a Direcção conversou com os seus sócios envolvidos nessa manifestação para obter informações sobre o que se estava a passar e reafirmar uma posição de há

muito assumida pela nossa Associação: a ADFA está, como sempre esteve, e não pode deixar de estar, profundamente empenhada na resolução do problema de todos aqueles que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas Portuguesas, prosseguindo a via do diálogo construtivo com as instâncias adequadas.

Mais que isso, a ADFA é a entidade competente, e como tal reconhecida, para representar todos os que se deficientaram nas fileiras do Exército Português.

Não é uma posição que tenhamos assumido a reboque de quaisquer acontecimentos. Uma simples consulta aos números atrasados deste Jornal dá bem conta de que a resolução deste problema esteve sempre entre as preocupações da nossa Associação.

Bastaria falar nas constantes e repetidas diligências junto do Secretariado Nacional de Reabilitação, da Secretaria de Estado da Defesa e da Secretaria de Estado da Cooperação ou ainda o facto de a Escola da ADFA estar neste momento a funcionar em grande parte com

alunos deficientes oriundos das ex-colónias dos quais grande parte não tem ainda nacionalidade portuguesa, estando os processos em curso para a obter a ser movimentados pelos nossos serviços.

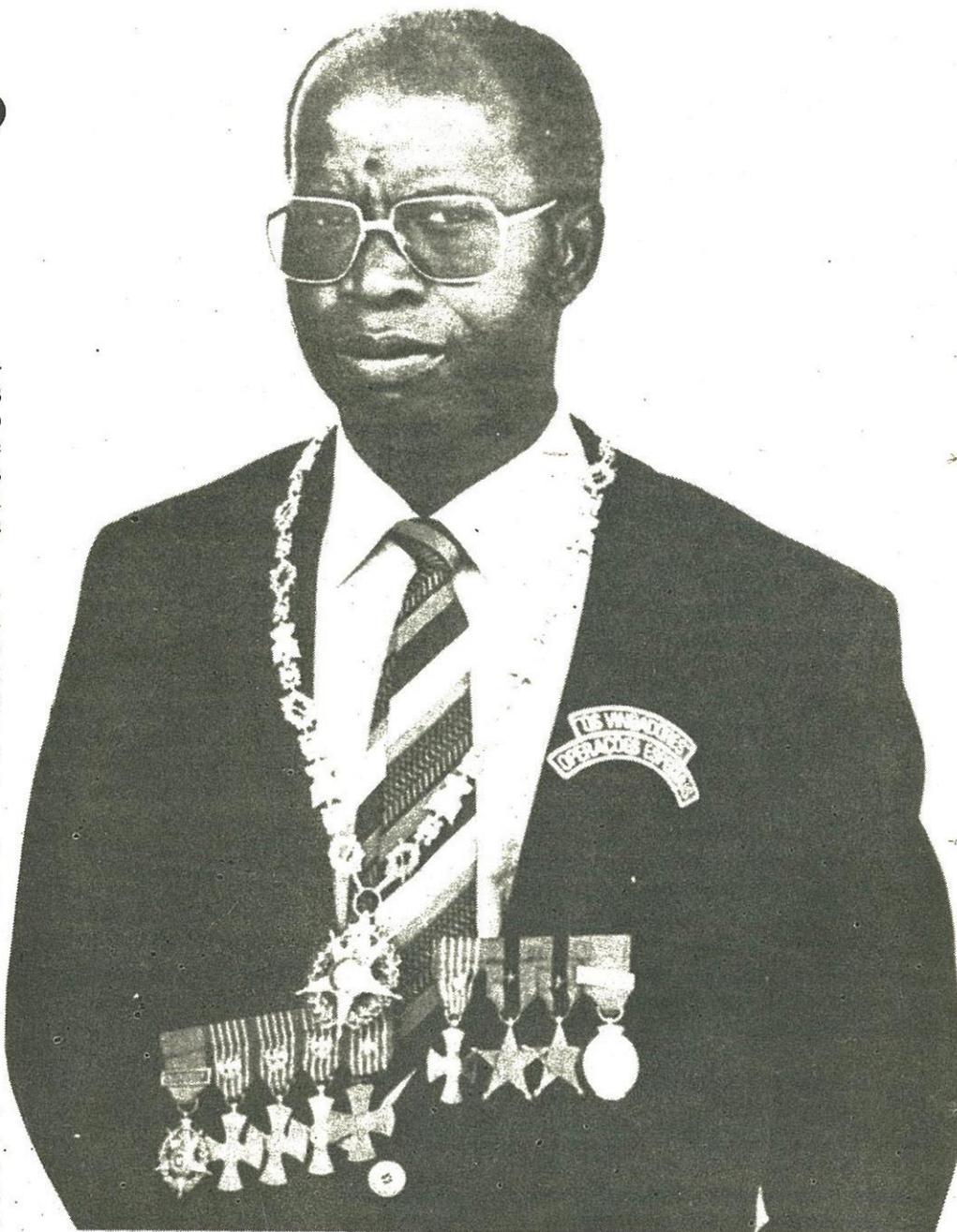
A ADFA tem, de resto, mais uma entrevista solicitada ao secretário de Estado da Defesa, em cuja agenda se inclui o tratamento dos problemas dos deficientes de origem africana, nomeadamente:

— o problema do prazo do Decreto-Lei 319/84, respeitante à obtenção da nacionalidade;

— o problema das pensões a atribuir às viúvas desses deficientes nos termos do art.º 19 do Decreto-Lei 43/76, e

— o problema do recebimento de pensões a partir da data de homologação do parecer da junta hospitalar, em lugar da data de publicação do D-Lei 319.

A nova Direcção Central, logo após a tomada de posse recebeu uma comissão desses nossos sócios com a finalidade de fazer um levantamento do seu número e principais



Marcelino da Mata, sócio da ADFA e da Associação de Comandos, esteve no centro dos acontecimentos e conseguiu levar o problema ao Ministro da Defesa Nacional

carências. Encontros semelhantes repetiram-se já depois por diversas vezes.

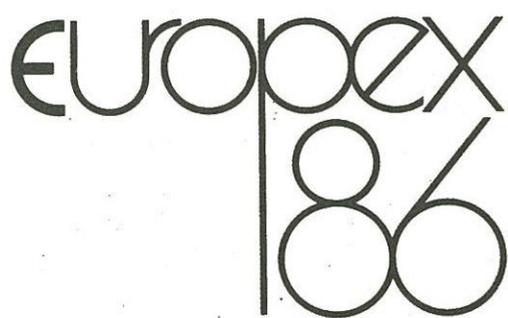
O assunto foi também abordado ainda no passado dia 11 de Agosto na

última reunião com o Secretário Nacional de Reabilitação.

Relativamente a todos os militares de origem africana que se deficienta-

ram no cumprimento do serviço militar, a ADFA continuará pois a tarefa a que meteu ombros com a mesma determinação de sempre.

FILATELIA



EUROPEX-86 foi a designação escolhida para o Salão Filatélico Internacional a realizar em Lisboa nos primeiros dias do mês de Outubro, celebrando a recente entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia.

A ideia de realização deste Salão nasceu entre um grupo de filatelistas que vêm na adesão de Portugal à CEE muito mais do que um importante passo para a modernização e desenvolvimento da nossa economia, acreditando sobretudo na aproximação de valores culturais dos países da Europa; a ideia deu os seus frutos quando as entidades filatélicas nacionais ao mais alto nível — Correios e Telecomunicações de Portugal e Fe-

deração Portuguesa de Filatelia — decidiram dar-lhe forma.

Foram então convidadas as Federações Filatélicas e Administrações Postais dos países membros da CEE a seleccionarem, de entre as melhores colecções dos seus filatelistas, participações representativas da Filatelia Nacional dos respectivos países.

A receptividade a estes convites foi total e a exibição desta «embaixada» filatélica terá lugar no Forum Picoas, onde está a ser preparada uma área de cerca de 1800 m², que assegura a instalação de aproximadamente 1000 quadros, integrada numa área total de cerca de 2500 m² de exposições.

A distribuir pelas representações de doze paí-

ses, aquele número de quadros permitirá a reunião, pela primeira vez em Lisboa, das melhores e mais representativas colecções de filatelistas europeus, oportunidade que os filatelistas portugueses não deixarão de saudar estando presentes e animando o Forum Picoas durante esses dias.

E, porque no intercâmbio de ideias e experiências se reforçam os laços culturais entre os povos, está lançada a semente para que no futuro a EUROPEX represente para os filatelistas dos países da CEE a oportunidade de periodicamente, num ou noutro dos diferentes países, confrontarem o desenvolvimento e valorização das suas colecções.

Para afirmar esta intenção, haverá durante a EUROPEX-86 um Congresso entre os representantes das Federações de Filatelia e das Administrações Postais dos países envolvidos, no qual serão apresentadas e discutidas propostas de regulamentação para a realização periódica de Exposições Filatélicas Internacionais competitivas integrando os países da Comunidade, no quadro das Exposições FIP.



Convidados especiais da Comissão Organizadora estarão presentes na EUROPEX-86 e participarão no Congresso o Secretário-Geral da União Universal (UPU), o presidente da Federação Internacional de Filatelia (FIP), representando o apoio concedido pelo Comité Directivo da FIP a esta realização.

A decorrer durante o Salão Filatélico e utilizando o cenário que para ele está a ser construído, estão a ser preparadas diversas manifestações de carácter cultural e social, que a seu tempo serão divulgadas, e que visam proporcionar o máximo intercâmbio possível entre os diferentes países participantes cativando simultaneamente o maior número possível de pessoas para a prática da Filatelia.

Escola

Início de aulas

A Escola da ADFA iniciou já, com reuniões de professores, as actividades lectivas de 1986/87. Estão neste momento inscritos nos vários graus de ensino 57 alunos, sendo, desse total, de 25 o número de elementos que frequentam a nossa Escola pela primeira vez.

Lembramos que a Escola da ADFA dispõe de uma equipa docente qualificada, fornecida pela Escola Nuno Gonçalves, funcionando com programas e material especialmente adaptados para acolher os alunos africanos que têm dificuldades em matéria de Língua Portuguesa e de integração numa cultura substancialmente diferente da sua. Também de referir que a equipa docente foi reforçada para corresponder ao maior número de alunos. É a seguinte a

distribuição das inscrições pelos vários níveis:
Alfabetização: 24 alunos
Ciclo Preparatório Intensivo: 14
2.º Ano: 8
1.º Ano: 11

As aulas funcionam em horário pós-laboral, a partir das 19 horas e 30, e todos os sócios ainda virtualmente interessados em se inscrever deverão fazê-lo já nos próximos dias.

Os responsáveis pela Escola desejam ainda realçar o excelente apoio recebido do Ministério da Educação.

SEGUROS

QUALQUER RAMO EM TODO O PAÍS
CONSULTAS TÉCNICAS E CONTACTOS

Tel. (01) — 220 23 85
SÓCIO **ARMANDO ALVES**
R. VITÓRIA, 131 — VALE MILHAÇOS

2800 ALMADA

Funchal

Relatório do 1.º semestre

Tendo esta Delegação conseguido, um dos principais objectivos que veio a dar finalmente uma nova forma de ser e estar inserida na via sócio-económica na região, assim como uma definição mais completa para um novo relançamento da sua própria vitalidade, é com enorme satisfação que esta Direcção chegou ao fim do 1.º semestre no qual é de relevar os seguintes temas;

— Destaque a relevância para todos os membros dos Órgãos Sociais pela maneira dedicada e assídua como durante este período se dedicaram à vida associativa dando todo do seu melhor para que a Delegação a pouco e pouco se tornasse mais una e sólida.

— Espírito de trabalho e sacrifício acompanhados da sã camaradagem que foram dotados uma clarividente, lealdade, foi uma tônica constante que toda a hora e momento,

quer dentro ou fora das portas da Sede muito contribuíram para que as tarefas fossem mais simplificadas.

Consultas de estomatologia

— Está ainda a ser negociada uma proposta que após meditada e devidamente estudada pelos Órgãos Centrais irá ser posta em prática pela qual esta Direcção mostra um maior empenho sendo, os Associados os beneficiados com tal realização: — um *Consultório de Estomatologia*.

— Por esta Delegação não ser suficientemente dotada de avançados recursos financeiros a primeira proposta que foi sugerida (Posto Clínico), *sofreu a dita alteração* (Consultório Estomatológico), em virtude dos encargos laborais e instalações serem ultrapassados.

— De salientar que consultas de outras especialidades serão igualmente prestadas aos asso-

ciados nas mesmas condições da estomatologia.

Transportes

— Transportes é um dos casos que esta Direcção está empenhada em solucionar.

— Com o fim de angariar fonte de receita a Direcção achou por bem *seragente do Jogo Instântaneo (Raspa-Raspa)* legalmente oficializado pela Associação de Municípios da RMA.

— A salientar o destaque especial com esta Delegação está a ser referenciada e de certo modo apreciada pelo seu trabalho profícuo, no desenvolvimento socio-cultural na vida activa da RAM o que lhe dá um certo pendor e apreço pelos Órgãos de Soberania Regional civis e militares o que torna cada vez mais estreitos e íntimos os laços de amizade e cooperação.

Encontro Regional

— De igual modo esta Delegação teve a honra de tomar parte activa no 1.º Encontro Regional de Deficientes levado a efeito pela Secretaria Regional de Educação em 5 de Julho do corrente ano, no qual foi bastante positiva, a sua presença merecendo destaque especial a Equipa Polivalente da ADFA. Salienta-se o regozijo do Secretário Regional de Educação bem como do Director Regional dos Desportos e Director Regional da Educação Especial, que enaltecera a presença e a participação da Delegação neste I Encontro.

Desporto

— Finalmente a Delegação avança para o desporto tendo como principais modalidades: — Futebol de Salão, Natação, Pesca, Damas e tendo em vista o atletismo e tiro com arco.

— É de salientar o apoio incondicional do Director Regional dos Desportos que além de um determinado tipo de material e recintos desportivos para a prática das ditas actividades, *colocou um técnico à nossa disposição* para todo e qualquer apoio que fosse necessário para o incremento e desenvolvimento do desporto para deficientes.

— Também já foi assegurado a *entrada especial aos Associados* nos jogos a realizar pela equipa de futebol do Clube Desportivo Nacional e União da Madeira, estando ainda o parecer na Direcção do Clube Sport Marítimo pendente da apreciação da respectiva AG do Clube.

— Por fim esta Delegação está a fazer todo o esforço para que sejam conseguidos e satisfeitos os pontos constantes do seu programa de acção, não obstante os problemas que se deparam e são gerais em todo o País «factor económico» pelo qual desistimos logo à primeira estando conscientes da situação em que nos encontramos fazendo valer os nossos direitos em pé de igualdade com outras instituições ou mesmo outras Delegações com o intuito de salvaguardar acima de tudo os interesses, direitos e bem estar dos nossos associados dignificando assim o todo ADFA pelas mesmas razões que os governantes conscientes das suas responsabilidades e do cargo para o qual foram eleitos lutam pelo seu bem estar do seu povo.

— É neste firme propósito de fazer mais e melhor nunca esquecendo os obstáculos naturais e reais que se nos apresentam que continuamos a trabalhar.

Faro

Relatório do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal desta Delegação afirma tudo correr normalmente na Delegação de Faro, as contas de 1985 tiveram um salto positivo e o primeiro semestre de 1986 também continua com saldo positivo, os saldos já existentes na Caixa Geral de Depósitos e B.B.I. nem foram mexidos, muito embora as despesas de Água e Luz, Telefone, mulher de limpeza e portes de correio e outros que de algum modo tem que suportar sejam cada vez mais caros.

Os vários problemas da Delegação de Faro são resolvidos da melhor maneira a nível associativo, foram feitos centenas de cartões da ADME e processos de abono de família, requerimentos que vão desde os simples pedidos de Juntas a acumulação de pensão com o vencimento do 2.º emprego, vão sempre sendo conseguidos vários sócios com o trabalhador apenas a tempo inteiro o que já é muito bom para a Delegação de Faro, que devia ter dois empregados, mas com boa vontade e competência os problemas vão sendo resolvidos, porque a ADFA não trabalha só para os associados, trabalha também para os familiares dos associados.

No primeiro semestre de 1986 foram feitas várias diligências junto do Senhor Presidente da Câmara de Faro para a realização das obras necessárias nesta Delegação, o que se julga continuarem em estudo pelo Executivo da Câmara Municipal de Faro que prometeu fazer e já fez o levantamento das necessidades através de um Senhor Engenheiro do Executivo.

As relações da Direcção da Delegação da ADFA de Faro com as entidades civis e militares são as melhores, desde que o CRSS de Faro, Caixa das Pescas que são os donos das nossas Instalações, Câmaras Municipais, Governo Civil, Polícia Judiciária, Segurança

Pública, GNR, GF, Finanças, Ministério do Trabalho e até da Justiça, é a melhor prova que podemos dar de um trabalho leal para o bom nome da ADFA e da vida associativa que esta Delegação se orgulha de representar no Distrito Algarvio e a nível Nacional, através de altas entidades, desde os Chefes de Estado Maior dos três ramos das Forças Armadas, Presidente da República e Presidente do Conselho de Ministros, com quem de algum modo muitas vezes a Direcção da Delegação de Faro troca correspondência, para tentar resolver os mais vários problemas dos associados da melhor maneira.

O empregado desta Delegação, foi convidado a fazer parte da Comissão Instaladora no Algarve da Associação 25 de Abril, pelo Ex. mo Senhor Ten. Coronel Vasco Lourenço o que é honroso também para a ADFA e em especial para a nossa Delegação que foi convidada a participar no Almoço do 25 de Abril e a participar na Festa-Convívio no Castelo de Silves nos dias 22, 23 e 24 de Agosto de 1986, com a colaboração da Câmara Municipal de Silves.

Os Deficientes das Forças Armadas continuam divididos em filhos e enteado, aguardando a força associativa e a boa vontade da Direcção Central eleita ultimamente para resolver os grandes problemas dos Deficientes nos ajustamentos dos vencimentos e 75% de desconto nos transportes da CP tal como os DFAS, porque não faz sentido que uns sejam tratados como filhos e outros como enteado ao serviço da mesma Pátria e membro da CEE e da FMAC com representação na ONU e os problemas da Casa continuam por resolver, sem instalações próprias e a gastarem o pouco dinheiro da ADFA nas Instalações dos outros.

A Delegação de Faro continua com saldo positivo mesmo vivendo de quotas e do seu Mini-Bar.

Sócios falecidos

JOÃO ANTÓNIO MARTINS FERNANDES, sócio n.º 2965, natural e residente em Vila Real de Santo António, faleceu no dia 13 de Julho transacto, em consequência de acidente de viação.

Este nosso sócio era amputado da perna esquerda em consequência de ferimentos sofridos em combate na Guiné no ano de 1969. Era DFA com 65 por cento de desvalorização.

ABEL DOS SANTOS MARQUES, sócio n.º 8363, natural de Coimbra e residente em Espírito



Santo das Touregas, faleceu em Janeiro transacto, mas só agora nos chegou a informação.

Era deficiente pensionista de invalidez por acidente em serviço sem grau de desvalorização, por ter sido amputado do indicador da mão esquerda após acidente durante a limpeza da arma em Angola em 1963. Deixa viúva e dois filhos.

JOSÉ SILVEIRA LUÍS, sócio n.º 6383, pensionista de preço de sangue por seu filho João Luís Lima Silveira, faleceu no final do ano transacto. Contudo só agora tivemos conhecimento do facto, através de comunicação telefónica da esposa para a Delegação de Ponta Delgada, de onde este sócio era natural e onde igualmente residia.

Familiares de sócios

O nosso camarada Manuel Ernesto Rodrigues de Paiva, sócio n.º 2536, ex-trabalhador da ADFA e membro dos Órgãos Centrais da Delegação de Coimbra está de luto devido à morte súbita e sempre brutal de dois familiares no espaço de curtos dias. No dia 5 de Setembro faleceu o sogro desse nosso associado e, cinco dias depois, no dia 10, seu pai.

Idêntica situação atingiu o nosso associado Rui Augusto de Jesus Rodrigues da Silva, sócio n.º 1861, a quem um estúpido acidente de viação roubou mãe e uma filha de 10 anos de idade, vítimas de atropelamento.

Faleceu também a esposa do trabalhador e dirigente da Delegação de Faro José Nicolau Rufino, vítima de doença.

A estes sócios e suas famílias, desejamos exprimir neste momento de adversidade a nossa sentida solidariedade.

OFICINA DE TIPOGRAFIA DA ADFA



**EXECUTA
TODOS OS TRABALHOS
DE TIPOGRAFIA
E ENCADERNAÇÃO**

**ENTREGUE OS SEUS TRABALHOS
FOTOGRAFICOS
NA SECÇÃO DE FOTOGRAFIA DA ADFA
REVELAÇÕES, AMPLICÓPIAS
E AMPLIAÇÕES**

MAIS BARATO E COM RAPIDEZ

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

TEL. 362167/8/9

LARGO S. DOMINGOS — 1194

LISBOA CODEX

MÊS em NOTÍCIA

Rosa

SETEMBRO, considerado pelos romanos o primeiro mês de Inverno, deixa dúvidas aos portugueses, que teimam em considerá-lo mês ensolarado.

Logo no início, um vento temporal nos Açores causou três mortes e prejuízos de um milhão de contos.

Fez correr mais tinta, mas causou menor devastação, a «guerra das bandeiras», que agora conhece uma pausa até que a Assembleia da República decida maduramente sobre o assunto.

No Continente, **chuvadas** fortes surpreenderam muita gente em calções, na mira de banhos que se queriam de sol.

Nas vinhas, as **chuvas «lavaram a uva»** antes do tempo, com o risco de que se perca parte da produção em certas zonas. Até ao lavar dos cestos será vindima, mas o panorama não é, à partida, o melhor.

Pensões sociais foram aumentadas. Governo diz que haverá mais de um milhão de beneficiários desse aumento em vigor a partir deste mês. Há quem conteste a extensão do benefício.

Assembleia da República autorizou o Governo a prosseguir programas plurianuais de **reequipamento das Forças Armadas, envolvendo verbas da ordem do milhão de contos.**

Morreu Otto Glória nome grande do futebol português.

A política interna foi marcada pela inauguração de um novo estilo de exercício da Presidência da República, virado para a auscultação das realidades do País interior. As gentes do Norte parecem positivamente sensibilizadas pela novidade, enquanto na macrocéfala Lisboa surgiam opiniões menos favoráveis sobre a estadia do Chefe de Estado entre os vetustos muros de Guimarães.

Bem diferente foi o rumo do Chefe do Governo, essencialmente marcado pela passagem por uma Casa Branca existente em Washington onde se decide boa parte dos destinos deste Mundo.

Apesar de distanciados geograficamente nestes périplos, Presidente e Governo afirmam veladamente **que se dão bem**, parecendo querer pôr uma pedra sobre anos de **desolidarização institucional** quase permanente.

É bom que se entendam, já que lhe pagamos exactamente para ver se conseguimos entender-nos todos, sem prejuízo do cumprimento das funções e uso das faculdades institucionais que incumbem a cada um desses órgãos (como sucedeu no caso do veto presidencial ao Estatuto da Autonomia açoriano).

SE o Governo se dá bem com o Presidente e este corresponde, ainda que veladamente, a essa não menos velada simpatia, tanto melhor para ambos. A confissão pública desse entendimento poderia até ter pouca importância do ponto de vista do relacionamento institucional. Significaria contudo que um e outro órgão se respeitam e respeitam o outro enquanto tal, abdicando do estafado alibi da falta de solidariedade. Significaria que Presidente e Governo se assumem plenamente **responsáveis** pelo que fizerem e pelo que deixarem de fazer, sem tentar endossar culpas ao órgão de soberania mais próximo.

Com tão boa disposição e tão excelentes auspícios institucionais, pena é que o nosso País continue em posição de monopolizar um hipotético «Guinness Book» dos **impostos**. (Mais de cem impostos e taxas em Portugal, afirmava este mês o semanário «Tal e Qual», enquanto o «Popular» referia estar «Portugal na primeira linha dos impostos sobre o consumo»). Já estamos fartos de ser campeões.

Este Setembro instável foi ainda tempo de **Algarve** onde os responsáveis pela Administração confessam publicamente ter problemas em

fazer cumprir a lei aos cidadãos estrangeiros que ali trabalham em tal número que a **língua portuguesa** tem muita dificuldade em fazer-se ouvir eficazmente.

Ainda no Algarve, a Ordem dos Médicos denuncia a existência de consultórios onde pessoas não habilitadas dão consultas médicas e passam receitas sem olhar a quem.

IMPORTANTE foi a **Rosa**, que correu mais de 41 quilómetros, e o **Leitão**, que não correu tanto mas que chegou à frente, tal como ela.

Importante continua a ser o **Belenenes**, apostado em se desferrar do seu longo afastamento da Primeira Divisão com língua de palmo, passe o desaire frente ao Boavista.

Voltando ao terra a terra, metade da produção de tomate desta safra está em risco de apodrecer por falta de compradores nos mercados internacionais.

Há alvitres de que o acidente de **Chernobyl** poderá resolver-nos o problema se os tomates dos nossos concorrentes que estão mais perto da central acidentada forem rejeitados por excesso de radioatividade. Quando a fé em Deus vacila há sempre quem não hesite em rezar ao Diabo. Consta, porém, que não resulta.

O sempre prudente Guia do Agricultor manda desparrar para que os cachos aproveitem bem o sol que resta e ganhem mais cor, e vindimar na primeira oportunidade, combater a mosca da azeitona e semear alfaces, espinafres, nabos e couves. É o melhor.

Português

Nas escolas portuguesas, o português passou a ser língua obrigatória.

E não era? perguntar-se-á.

Não era, podemos responder. E não porque, nos tempos mais recentes, o aluno podia ir passando de ano para ano «cortado» nessa disciplina.

O Ministério da Educação resolveu acabar com essa situação. Ainda que o aluno «chumbe» numa só disciplina, não passará de ano se essa disciplina for o português.

Situação desagradável, se virmos os nossos filhos reprovados «só por causa de uma cadeira».

Porém, será que desejamos continuar a ser um País em que muitas pessoas (entre elas **ministros, gestores, jornalistas, locutores de Rádio e TV e até professores**) não dominam correctamente a sua língua pátria?

A defesa da Língua Portuguesa é um dos argumentos — e argumento de peso — a favor desta medida.

Mas há outras vertentes na questão: é através do Português que o estudante aprende todas as demais matérias.

E se os atropelos à sintaxe poderão ser considerados de importância relativamente secundária na aprendizagem das Matemáticas e das Físicas, o mesmo se não poderá dizer no tocante às disciplinas da área humanística.

O aluno que não dispõe de suficiente domínio instrumental da língua em que lhe são ministrados os conhecimentos, não tem capacidade para exprimir correctamente tudo quanto **julga saber**.

E dizemos julgar saber porquanto frases como «**ele sabe mas não consegue alinhar as ideias no teste**» ou «**não conseguiu escrever tudo o que sabia**» não fazem sentido e escondem outra realidade bem diferente.

Quem não domina a língua não está em condições de dominar os conhecimentos por ela veiculados. Numa palavra não sabe, e por muito que estude terá sempre essa limitação prévia da sua capacidade de aprendizagem.

Agora que o Português é língua efectivamente obrigatória nas escolas portuguesas será caso para perguntar: quando passará o Português a ser língua efectivamente obrigatória nos jornais e na RTP?

Massacrados...

PINOCHET escapou e o **massacrado Chile** é agora palco de desforras e ajustes de contas genocidas. Sucedem-se os assassinios políticos, deixando resvalar para o péssimo uma situação interna que era já muito má, se é que tais adjectivos podem com propriedade ser

aplicados a um país onde, dias antes do atentado mal sucedido contra o ditador, a Amnistia Internacional denunciava já a existência de forças clandestinas responsáveis por raptos, torturas e assassínios.

Na Europa e muito particularmente em França é o pânico do **terrorismo** após uma procissão de atentados que somam já bastantes mortos e centenas de feridos.

Em Karachi, o **sequestro** de um avião de passageiros norte-americano terminava, no início do mês, com um saldo de vinte mortos e cem feridos.

Irão e Iraque continuam a trocar bombas e ameaças.

TIMOR-LESTE foi notícia em Setembro: **Samora Machel e José Eduardo dos Santos** não se coibiram de exigir o direito à autodeterminação e independência daquele território bem nas barbas da prepotente **Indonésia**, durante a cimeira dos Países não Alinhados, e **Mitterrand**, que se encontra na Indonésia, levou igualmente o momentoso assunto na sua bagagem.

Angola também foi notícia, **Fidel Castro** a firmou que os quarenta mil cubanos presentes no país continuarão até à retirada das forças ocupantes sul-africanas em território angolano e namibiano. **Jonas Savimbi**, por seu turno, declarava no início do mês estar disposto a negociar o fim da guerra civil.

Na Guiné, os quarenta e oito réus do caso **Paulo Correia** foram **deportados** para uma ilha do arquipélago dos Bijagós.

A 22 deste mês, falando na ONU, o presidente **Ronald Reagan** declarou-se disposto a assinar um acordo com a **União Soviética**, adiando por sete anos o programa de mísseis anti-balísticos conhecido por «**Guerra das Estrelas**».

No dia seguinte, **Moscovo** rejeitou a proposta, acusando Reagan de procurar obter «vantagens inilaterais».

Esta **guerra de palavras** guina perigosamente para um cenário em que uma **guerra das estrelas** fatal para a humanidade não é de excluir.

Terrorismo

A recente escalada do **terrorismo árabe** tem um alvo principal — Paris — e é desencadeada em nome de um homem — **Georges Ibrahim Abdallah** — líder da Faccão Armada Revolucionária Libanesa.

Condenado a quatro anos de prisão, em França, por porte ilegal de armas e posse de documentos falsos, Abdallah é suspeito de envolvimento nos assassinios do adido militar norte-americano e de um diplomata israelita, em 1982.

Actuando principalmente em Paris, o grupo de Abdallah procurou obter a rápida libertação do seu chefe através da intensificação das acções terroristas, depois de ter raptado o director do Centro Cultural Francês em Beirute, **Gilles Peyroles**, no início de 1985, em acção de represália.

Após a formação do governo conservador de **Jacques Chirac**, assistiu-se em França a um crescendo de acções policiais, visando especialmente estrangeiros — sobretudo árabes — e jovens, numa perspectiva «securitária» segundo a qual a criminalidade e o banditismo em geral teriam aumentado na razão directa do decréscimo da autoridade do Estado e das Polícias.

Quando porém, no curto período de 15 dias Paris é abalada por atentados bombistas sucessivos, pouco mais resta às autoridades que recolher mortos e feridos, e divulgar cartazes com as fotografias de dois irmãos de Abdallah, prometendo uma recompensa de um milhão de francos a quem fornecesse uma pista para a sua captura.

Independentemente da importância de Abdallah, é pouco crível que o Comité de Solidariedade com os Prisioneiros Políticos Árabes, responsável pelos atentados, vise exclusivamente a sua libertação. Trata-se, mais que isso, de exercer uma forte pressão sobre o Governo francês no sentido de o forçar a modificar a sua política em relação ao Médio Oriente e Norte de África.

Após o banho de sangue de Setembro, Abdallah continuará naturalmente na prisão.

Mas continuará o Iraque a combater o Irão com armas vendidas pelos franceses?

Continuará Paris a apoiar o rei Hussein de Marrocos contra o integralismo islâmico?

João Santos



Ano
da Paz

Internacional

Um milhão de minutos

Duas estações de rádio portuguesas interromperam as suas emissões durante alguns segundos no dia 16 de Setembro, num acto simbólico.

Na manhã do mesmo dia, um balão subiu no Parque Eduardo VII em Lisboa.

No dia 20 realizou-se uma sessão de pintura ao vivo no mesmo Parque Eduardo VII.

No próximo dia 16 de Outubro haverá um espectáculo musical no Teatro S. Luís enquanto no Porto de realizará uma corrida entre as duas margens do Douro, e um autocarro partido da

Alemanha Federal passará por Viana do Castelo, Porto e Coimbra. Todas as manifestações, aparentemente sem relação entre si pretendem apenas chamar-nos a atenção para a necessidade de Paz no Mundo.

A campanha «Um milhão de minutos pela Paz» surgiu da iniciativa de um grupo de jovens australianos mas está a ser organizada por uma comissão londrina com o apoio da Comissão para o Ano Internacional da Paz da ONU.

Tal como em Portugal,

por todo o mundo se sucedem manifestações no âmbito desta campanha: as bolsas de Hong-Kong e Nova Iorque pararam simbolicamente durante um minuto, os sinos repicaram na Grã-Bretanha durante cinco minutos do dia de início do movimento.

A Campanha prolongar-se-á pelo período de um mês, finalizando em 16 de Outubro, dia em que as manifestações programadas nos diversos países deverão atingir o seu ponto mais alto. Em Portugal apadrinharam a iniciativa a esposa do Presidente da

República, Maria Barroso e o monárquico Gonçalo Ribeiro Teles, entre outros. Razão de ser desta movimentação apontam-na os próprios aderentes portugueses:

«Proporcionar a todos os indivíduos a oportunidade de participar pessoalmente no Ano Internacional da Paz».

Todas as informações e esclarecimentos sobre esta campanha poderão ser pedidos para o Comité Português do Ano Internacional da Paz: Rua António Feijó, 57. Telefone: 74 08 42.

Ex-combatentes tomam posição

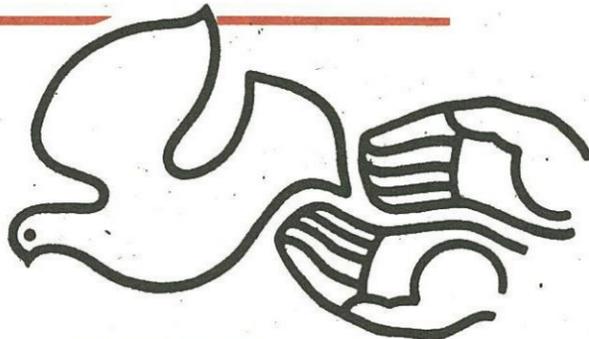
As guerras são inimigas do desenvolvimento social e económico das nações e dos indivíduos que as constituem. Os deficientes de guerra sabem melhor que ninguém as lesões físicas e morais, individuais e colectivas que a guerra origina. Por isso se situam sempre na primeira linha da luta em defesa da Paz, com a particular autoridade que lhes assiste para a defender e reclamar. Por isso a ADFA em conjunto com os nossos companheiros de outros países filiados na Federação Mundial dos Antigos Combatentes, reclama:

- Respeito pelos direitos do homem e liberdade fundamentais e eliminação do racismo e do «apartheid»;
- Uma política de desenvolvimento que conduza a uma repartição mais



A Assembleia Geral da ONU proclamou 1986 Ano Internacional da Paz

- A cessação da corrida equitativa dos recursos mundiais;
- A cessação da corrida aos armamentos nucleares e convencionais e pelo



progresso do desarmamento assegurando a segurança de todos os países, pequenos ou grandes.

- O recurso, nos diferendos internacionais, à negociação e à arbitragem no quadro dos princípios da Carta das Nações Unidas, da Acta Final de Helsínquia e outros compromissos internacionais pelo reforço com essa finalidade das Nações Unidas e de outras instituições internacionais;
- Um melhor conhecimento das novas gerações das tragédias causadas pela guerra, seu custo humano e possibilidades de o remediar;
- A instauração de um clima de confiança entre pessoas e povos.

Elo sonoro

Cegos também são gente

Sob este título publicámos no último número uma «local» em que noticiávamos a concretização a breve prazo da versão sonora do Ele destinada aos nossos camaradas cegos.

Podemos adiantar que a gravação regular se iniciará com o próximo número, correspondente ao mês de Outubro.

Porém o motivo que nos leva a repetir o título da edição de Julho reside nalguns reparos que nos foram feitos quanto à correcção de um tal título.

Afirmar que «Os cegos também são gente» corresponde para o autor da notícia a dizer que os cegos vão ter (finalmente) na nossa Associação os mesmos direitos dos demais sócios no tocante ao acesso autónomo ao seu Jornal.

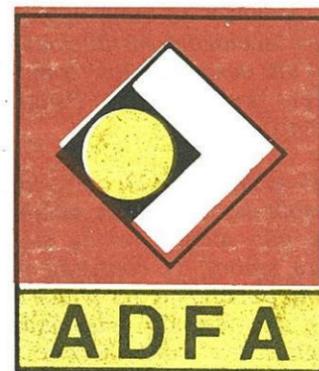
Entenderam, porém, alguns camaradas cegos que essa expressão é incorrecta e atentória da dignidade da pessoa cega.

Observam-nos que afirmar no «ELO» que «os cegos também são gente» poderá levar quem nos lê a perguntar-se «será que tinham dúvidas?»

A procura de uma linguagem simples, directa e acessível tem os seus riscos. Riscos que assumimos por inteiro.

A equipa que faz o «ELO» está sempre aberta a todas as críticas e nada nos custa admitir um erro — ou um pequeno lapso, como será o caso.

Assim, aqui ficam as nossas desculpas. Continuem a criticar.



Estamos a crescer

O número de sócios da ADFA continua a aumentar. Em final de Agosto transacto, éramos 10901 e, apenas a título de exemplo, só no trimestre Junho, Julho e Agosto foram recebidos 60 pedidos de admissão de novos sócios.

Nesse mesmo período deixaram de ser sócios seis deficientes das Forças Armadas e faleceram cinco.

Ainda nesse trimestre, houve nove sócios com isenção de quotas por manifestas dificuldades económicas.

De referir ainda que dos 60 processos entrados 13 respeitam a deficientes oriundos da Guiné e Moçambique.